

# O domínio do capital aberto na educação brasileira: o projeto ultraliberal da educação

*The domain of free capital  
in brazilian education:  
the ultraliberal project of education*

**Madalena Guasco Peixoto (PUC-SP)<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar características e elementos históricos que embasam o processo de privatização da educação brasileira, destacando-se o período atual. Nessa fase, serão considerados os dados do Censo da Educação Superior de 1997 a 2005, tendo como foco a análise documental das principais políticas públicas voltadas para a construção de uma educação democrática, cujo princípio se instaura na Constituição de 1988, com a promulgação Lei de diretrizes e Bases (9394/96). Serão analisados o Plano Nacional de Educação (10172/2001) e outros documentos publicados pelo Ministério da Educação, quais sejam: a portaria n°. 639 de 13/05/1997 e o decreto n°. 2.306/97.

**Palavras-Chave:** educação brasileira, privatização, políticas públicas, educação superior.

**Summary:** This article aims to present historical characteristics and elements that support the privatization process of Brazilian education, highlighting the current period. In this phase, the data collected from the college education census will be considered focusing on the documental analysis of the main public politics aimed at the framing of a democratic education which principle is based on the 1988 Constitution, with the proclamation of the Law of guidelines and basis (9394/96). The National Education Plan (10172/2001) and other documents published by the Ministry of Education will be analysed: ministerial ordinance number 639 from 05/13/1997 and the decree number 2.306/97.

**Key words:** Brazilian education, privatization, public politics, college education

---

1. <http://lattes.cnpq.br/4660932552271444>

<https://orcid.org/0000-0001-8912-7929>

## *Introdução*

**N**este artigo, levantaremos algumas das principais características e dos elementos históricos que embasam o processo de privatização educação brasileira, com especial destaque para as características da etapa atual.

O estudo do processo de privatização da educação no Brasil tem sido meu tema de pesquisa que, tendo passado por duas fases, atualmente se encontra em uma terceira. Passaremos, então, a detalhar cada uma das fases.

Na primeira fase da pesquisa, trabalhamos com o referencial teórico dos autores Almeida, 2013; Bianchetti, 2005; Frigotto, 1995; Gentili, 1995; Gentili, 2001; Ianni, 2001 e Peroni, 2003 que estudaram o projeto neoliberal, em especial sua implementação na educação. Nessa fase, realizamos também levantamento e análise de dados dos Censos da Educação Superior de 1997 até 2005 dados esses que revelavam as características da grande expansão da educação superior privada que já vinha ganhando força durante a ditadura militar, mas que teve um impulsionamento a partir de 1990. Fizemos também análise documental das principais políticas públicas aprovadas nesse período que, por um lado representavam a regulamentação da construção da educação democrática colocada como princípio na Constituição de 1988, mas por outro, também, devido à implantação do projeto neoliberal, cumpriram um papel significativo na facilitação da expansão da educação superior privada. Mostrando essa contradição, apresentamos a análise das duas principais Leis de Estado da Educação que regulamentavam o capítulo da educação da Constituição Federal de 1988: A Lei de diretrizes e Bases (9394/96), particularmente o capítulo sobre a educação superior, e o primeiro Plano Nacional de Educação (10172/2001) que indicava nas metas de expansão da educação superior o crescimento das matrículas preferencialmente em instituições privadas.

Analizamos, além dessas duas leis, outros regramentos publicados pelo Ministério da Educação, entre eles o que estabelecia a existência e o funcionamento dos Centros Universitários que passaram a ter autonomia universitária (portaria nº. 639 de 13/05/1997), porém sem a obrigação de realização de pesquisas, além da possibilidade de funcionamento e de regularização de Universidades por área do saber (decreto nº. 2.306/97), criando 5 tipos de instituições de educação superior (Universidades, Centros Universitários, Faculdades integradas, Faculdades isoladas e Institutos de Educação superior). Nessa regulamentação, somente as instituições universitárias teriam a obrigação de ter 1/3 de seu corpo docente com regime de tempo integral. Essas portarias e decretos tinham por objetivo garantir à rede privada sua extensão sem a obrigação de investimento na pesquisa e na qualificação de seu corpo docente.

Cabe acrescentar ainda que a política neoliberal de retirada do Estado, no campo dos diretos, enfraqueceu a educação pública durante toda a década de 90 e instituiu propositadamente uma política de criação de fundações e de organizações não governamentais que passam a atuar na garantia de direitos por meio do fortalecimento da relação público/privado.

A segunda fase da pesquisa inicia-se com o estudo da expansão da educação superior de 2005 até 2015. Nesse período, ocorre uma mudança de qualidade na privatização com a entrada do capital aberto a partir do processo de financeirização da educação superior. O modelo de privatização se altera profundamente com as negociações no mercado de grandes instituições que, para participarem dessa nova fase, alteram suas características: de instituições sem fins lucrativos para instituições com fins lucrativos, passando a participar do mercado de ações, tanto das negociações de venda, quanto das de fusões.

Nossa pesquisa, além de acompanhar e analisar os dados estatísticos da expansão da educação superior e das mudanças que passaram a ocorrer com as aquisições, apresentou também, o início de formação de oligopólios a partir de 2012. Um exemplo disso foi a primeira fusão da Kroton com a Anhanguera, ocorrida no final de 2013, formando um conglomerado poderoso na época com mais de 1 milhão de estudantes. O processo de financeirização e desnacionalização da educação superior brasileira, continua acelerado, sem que haja nenhuma regulamentação ou controle do Estado.

Essas fusões colocam em risco o caráter nacional da educação superior com sua total desvinculação com qualquer projeto de desenvolvimento nacional, acirrando a concepção mercantil da educação, uma vez que as instituições adquiridas pelo capital aberto global são moldadas com o objetivo central do aumento dos lucros e da valorização das ações na bolsa de valores .

Os oligopólios se caracterizam pelo caráter global de interesses financeiros mundiais de acionistas e fundos. As fusões são imediatamente seguidas por uma racionalização administrativa e de gestão, com gerenciamento para a otimização dos custos, e os projetos pedagógicos dos cursos também são alterados com esse objetivo.

Em 2013, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão que deveria controlar a questão de monopólio no país, foi chamado a se posicionar sobre a compra da Anhanguera pela Kroton, um negócio que, pela abrangência, violou a lei nº. 12.529/2011 que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O posicionamento do órgão foi, na época, o de apenas pedir esclarecimentos sem, no entanto, impedir a efetivação negócio, aprovando a aquisição em 2014.

Durante a pesquisa, fizemos o levantamento, o acompanhamento de tramitação e a análise documental de leis que, apesar do avanço da financeirização, contribuíram de certa forma com a regulamentação e com a melhoria da qualidade da educação superior privada.

A aprovação e a implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – lei nº. 10.861 de 14/04/2004 – ao determinar uma avaliação sistêmica, de ciclos avaliativos de instituições e cursos a cada 3 anos, apesar do grande número de instituições e cursos e das dimensões do Brasil, foi vitoriosa na sua implantação, trazendo melhorias nos índices de qualidade da educação superior brasileira, resgatando a valorização da pesquisa, da pós-graduação e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Por decisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) passou-se a pontuar melhor tanto as instituições que possuíam programas de pós-graduação (Universidades e Centros Universitários), e que ultrapassavam o mínimo exigido de 1/3 de professores(as) em tempo integral, quanto as instituições que mantinham nos seus quadros professores doutores e mestres, estabelecendo, ainda, os mesmos critérios de avaliação para os cursos presenciais e a distância.

Por exigência da lei, as instituições tiveram que criar sua comissão de autoavaliação, apresentar um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e um Plano Pedagógico de cada um de seus cursos, tanto para o credenciamento da instituição e do curso, como para a sua avaliação e acompanhamento de seu percurso. Foi criado o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) e implantado como parte do SINAES o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), pondo fim ao chamado “Provão” instituído, e muito criticado, na década de 90.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) foi fortalecido para a criação de um grande banco de avaliadores, bem como o acompanhamento e a operacionalização de todo o processo avaliativo, que não só analisava as alterações nos projetos pedagógicos dos cursos, como exigia alterações que orientavam para a elevação da qualidade da educação superior. Essas exigências foram muito combatidas pelos representantes das instituições privadas mercantis. Nesse período, foi criada também a Secretaria de Regulação e Supervisão do MEC (SERES/MEC) cuja função era dar ciência das consequências aos dados do processo avaliativo.

Com o objetivo de impedir o avanço desregulado do processo de financeirização, foi elaborada, pelo Ministério da Educação, na gestão de Tarso Genro, uma proposta de Reforma Universitária, construída e debatida por 240 entidades acadêmicas

e civis, que alterava significativamente o capítulo da educação superior na LDB, regatando o papel das universidades, regulamentando a gestão democrática e a autonomia universitária, diferenciando, entre outras coisas, as instituições de suas mantenedoras, que pela proposta não poderiam ter na sua direção um percentual maior que 10% de representantes do capital aberto. Essa foi a primeira tentativa de regulamentação do capital aberto na educação superior<sup>2</sup>

A segunda tentativa foi o projeto de lei nº. 4372/2012, encaminhado pelo executivo ao legislativo que criava o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), cujo objetivo era o de fortalecer a avaliação e a regulação da educação superior, além de estabelecer controle prévio de fusões e de incorporações na área educacional. Por ação política dos privatistas, nenhuma dessas duas importantes leis foi aprovada, apesar de terem iniciado a sua tramitação no Congresso Nacional.

Nesse segundo período do estudo, ocorreu um crescimento expressivo das matrículas e do número de instituições de ensino superior públicas que, durante toda a década de 1990, ficaram estagnadas. Esse crescimento se deu devido ao decreto nº. 6.096 de 24/04/2007 que criou o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); outra medida importante foi a criação e a implementação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) para impedir a continuidade da existência de vagas ociosas nas instituições públicas de todo o país.

A rede privada nesse período também se fortaleceu e se expandiu. Esse crescimento ocorreu devido à política de inclusão que foi criada durante o primeiro governo Lula com o Fundo de Financiamento Estudantil – lei nº. 10.260/2004 (FIES) e o Programa Universidade para Todos – lei nº. 11.096 de 13/01/2005 (PROUNI). Contraditoriamente, esses programas de inclusão contribuíram com o fortalecimento desse processo por meio da grande transferência de capital público para a iniciativa privada, como acentua Evangelista (2021, p. 22):

Nesse momento, setores do “capitalismo em crise” auferiram margens inimagináveis de lucro às expensas não apenas dos fundos públicos e da exploração de trabalhadores, mas também à custa da extração do fundo de existência juvenil e do seu endividamento precoce. Esse movimento histórico resultou da entrada de grandes bancos e fundos de investimentos nesse nível de ensino, propiciada por formas “legais” – a exemplo da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 –, bem como pela ausência de formas inibitivas – caso dos limites ao capital estrangeiro nas empresas educacionais brasileiras.

---

2. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/3640-sp-570275976>. Acesso em: 16 maio 2022

É importante frisar também que o Censo da Educação Superior, que na primeira fase da pesquisa (de 1997 a 2005) representava a principal fonte estatística de dados, com o fenômeno da financeirização, que se acirra a partir de 2005, passa a não mais refletir a essência da realidade da educação superior brasileira, porque seus dados se baseiam fundamentalmente no cadastro do e-MEC, fornecidos pelas mantenedoras e instituições, escondendo a real vinculação das instituições com os oligopólios e bancos que passam a dominar e a controlar essas instituições e determinado todas as suas políticas. Como destaca Evangelista (idem, p. 21):

[...] Obscureceu-se que nas entranhas desses monopólios vivem grandes bancos: BTG Pactual, Itaú BBA, Bank of America Merrill Lynch, Bradesco BBI, Citi, Morgan Stanley, Santander, BNP Paribas, Goldman Sachs, Rothschild & Co, ABC Brasil, Banco Fator, BB Banco de Investimento, Credit Suisse Group, Rabobank. Suas intervenções padronizaram a gestão e os recursos pedagógicos, tornando prioritárias as “remunerações aos seus acionistas”; de outro lado orientaram as fusões e aquisições aceleradas que originaram os oligopólios.

Por esse motivo, é de fundamental importância a pesquisa realizada por Allan Kenji Seki (2021) que fez um grande trabalho de mapeamento das instituições de educação superior e de seu vínculo com os bancos, fundos e os oligopólios, mostrando o enorme domínio da educação superior brasileira pelo capital aberto.

Durante essa segunda fase da pesquisa, participamos também de encontros internacionais que buscaram analisar o movimento do capital global no mundo e na América Latina. Entre eles, o Fórum Internacional de Políticas Públicas na América Latina, realizado em 2010 pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a representação da Unesco no Brasil, o Instituto Internacional de planejamento da Unesco (II- Buenos Aires), a Associação Nacional de Política e Planejamento em Educação (ANPAE) e com o apoio do Ministério da Educação do Brasil, além do Seminário organizado em São Paulo, em março de 2014, pela *Campanã Latina Americana pelo el Derecho a La Educacion* (CLADE), com o apoio da *Open Society Foundations*. Esse encontro tratou da privatização da educação e contou com a participação de pesquisadores e entidades organizadas da sociedade civil de diversos tipos, tanto do Brasil, quanto de diferentes países. Peixoto (2014).

Por último, a Confederação Nacional de Trabalhadores em Instituições de Ensino (CONTEE), que congrega sindicatos e federações que representam professores (as) e auxiliares que trabalham na rede privada de educação, juntamente com a Confederação Dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior, de Ensino Básico, técnicos e tecnológicos (PROIFES), em parceria com a Internacional de Educação (IE)

e a Internacional da Educação da América Latina (IEAL) realizou um Seminário internacional em 2015 intitulado: “Os diferentes modos de privatização da educação no mundo e estratégias globais e locais de enfrentamento”. Esse seminário contou também com a participação de pesquisadores de instituições nacionais e internacionais. As pesquisas apresentadas nesse seminário estão publicadas no livro: *O Capital Global na Educação Brasileira* organizado por mim. (Peixoto, 2016).

A partir de 2016, com a implantação do projeto ultraliberal, o processo de privatização da educação superior se coloca em novo patamar, assim como também avança muito o processo de entrada do capital global na educação básica.

Essa nova fase propicia uma concentração mais agressiva com a formação de grandes conglomerados que deram origem a oligopólios que hoje dominam a educação superior brasileira em todo território nacional.

Esse modelo de privatização, associado às reformas estruturais realizadas após 2016, como a reforma trabalhista, possibilitou retrocessos trabalhistas que ajudaram as margens de lucro do capital, propiciando o enfraquecimento proposital da regulação e da supervisão da educação superior, além de grandes mudanças tanto nos projetos pedagógicos dos cursos, quanto na organização acadêmica e administrativa e de gestão.

No âmbito sindical trabalhista, os oligopólios atuam nacionalmente procurando evitar acordos coletivos e tensionando no sentido de retirada de direitos e de reposição salarial.

Os gerentes das empresas e de fundos de capital aberto passam a participar nas mesas de negociação, buscando a valorização cada vez maior de suas ações no mercado.

Com fortalecimento dos monopólios que atuam em todas as regiões do país, presenciamos, também, o que passou a ser chamado de “desregionalização” das instituições e dos cursos e o fenômeno chamado “ensalamento” um(a) mesmo(a) professor(a) dando aula para um grande número de alunos em cursos de várias regiões.

Esse movimento foi articulado pelo impulsionamento do número de matrículas em cursos a distância. O último Censo da Educação Superior (2020)<sup>3</sup> já mostrava um número de matrículas superior aos cursos presenciais. Em 2020, o número total de matrículas em cursos presenciais foi de 6.110.141 e em cursos a distância 13. 516.300.

---

3. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 05 maio 2022

A rede privada continua dominando a situação. O número de vagas ofertadas na educação superior em 2020 foi de 19.626, somando as instituições públicas e privadas, dessas 18.726 na rede privada, de acordo com o Censo da Educação Superior 2020. Segundo SEKI (2022), 42,7% de todas as matrículas do ensino superior (presencial e EAD) encontram-se nas mãos de apenas 5 grupos do capital aberto.

A partir de 2018 com a eleição do governo ultraliberal de direita, se fortalece o projeto de desmonte da educação pública e democrática e o fortalecimento do setor privatista, em especial de capital aberto que passou a atuar e influenciar as políticas do Ministério da Educação.

Inicia-se a implantação de um projeto ultraliberal de educação de total desarticulação entre os entes federados, tendo como objetivo a retirada total do Estado no campo dos direitos, o desmonte financeiro da educação, da saúde, da pesquisa e da pós-graduação, e das universidades públicas. A criação de programas e leis de ataque à educação democrática e à escola brasileira com a instauração da Escola Cívico-Militar, da Educação Domiciliar e da chamada Escola Sem Partido. O Programa Federal de Escolas Cívico-Militares foi implementado em convênio com municípios em quase todas as regiões do país, a proposta de Escola Domiciliar (*Homeschooling*) PL n.º 1.388/2022 continua em tramitação no Congresso Nacional e a Escola sem Partido que, apesar de ter sido derrotada no Congresso Nacional em 2019, foi reapresentada em 2021, como projeto de lei.

A partir de 2018, além do desmonte de várias regulamentações existentes, começa um movimento, com o apoio do Ministério da Educação (MEC) e do Fórum Nacional de Educação em defesa da autorregulação da educação privada, o que demandará alteração constitucional, particularmente no artigo 209 da Constituição de 1988. Se for concretizada, essa autorregulação consolidará a educação como um serviço, uma mercadoria e não mais como um direito, liberando a educação privada de todas as regulamentações educacionais brasileiras. Com a derrota eleitoral desse projeto, em outubro de 2022, o movimento educacional forma uma ampla articulação para a recuperação do projeto de educação pública, democrática e amplamente inclusiva.

Encontramo-nos agora na terceira fase da pesquisa, sem deixar de acompanhar o desenvolvimento do capital aberto na educação superior. Estamos iniciando o mapeamento e o estudo sobre o aprofundamento do movimento privatista com a atuação dos grandes grupos de capital aberto, também na educação básica, que já vinha se desenvolvendo a partir de 2012, mas que teve um grande impulsionamento a partir de 2016, acelerando-se no período da pandemia com um número grande de aquisições que ocorreram devido às dificuldades financeiras enfrentadas pelas instituições priva-

das de educação básica.

É preciso acrescentar que esse movimento de mudança de qualidade na privatização e mercantilização da educação brasileira se evidencia, também, com ampliação da gestão privada da educação pública por meio de convênios públicos/privados com fundações e instituições privadas e com empresas de capital aberto que atuam no oferecimento de pacotes de gestão, de material didático e de plataformas educacionais.

Adrião (2016), de acordo com a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional da UNICAMP, revela como organizações empresariais de capital aberto – Pearson, Abril Educação, Santillana, Grupo Objetivo e Grupo Positivo – atuam no setor público por meio do auxílio dos gastos municipais com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). A autora mostra como essa estratégia empresarial acaba por influenciar na garantia do direito à educação, ressaltando que tais grupos “integram um cenário complexo de grandes e vultosas negociações [...] em bolsa de valores” (id., p. 31), atuando pelo recebimento, cada vez maior, de dinheiro público.

Por um lado, a autora demonstra que, como as verbas do MDE são de uso dos municípios, os sistemas privados de ensino podem ser comprados diretamente pelas secretarias municipais de educação e, mesmo realizando essas aquisições, as secretarias ainda podem optar por receber sem custo os livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Por outro, o PNLD também tem participação desses grupos via edital, por isso, tem-se aqui um duplo gasto federal com o mesmo serviço. A autora (ibid., p. 39) destaca que:

[...] quatro grupos dentre os pesquisados, Moderna/Santillana, Positivo, Pearson e Abril, além de venderem os sistemas privados para as redes educacionais públicas subnacionais, participam do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), pelo qual o governo federal financia a distribuição de livros didáticos para todos os estudantes de escolas públicas em território nacional.

A atuação desses agentes privados influencia cada vez mais na elaboração de políticas públicas de ingresso e de permanência, impulsionadas por uma concepção de avaliação estatística e quantitativa que propicia o fortalecimento de concepções empresariais de gestão da educação pública, baseadas em metas avaliativas, caindo por terra a concepção de gestão democrática da educação e da escola, que vinha sendo construída e regulamentada por várias leis a partir da Constituição de 1988.

Essas fundações e institutos que são ligados ao capital aberto e aos oligopólios, atuam também na formulação de políticas educacionais curriculares e de material pe-

dagógico, plataformas educacionais além de instrumentalização e formação de docentes. Colocam-se à disposição das secretarias estaduais e municipais de todo o país, assim como das instituições privadas de ensino, oferecendo convênios, plataformas, programas de formação, material didático, videoaulas para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do chamado “novo Ensino Médio” nas escolas municipais, estaduais e privadas. Usam cada vez mais plataformas e *startups* para gerenciar escolas e projetos. Como já frisamos, esse movimento de privatização da educação pública tem sido objeto de muitos estudos e de preocupação dos movimentos sociais e educacionais, uma vez que aviltam o conceito de gestão pública da educação pública, ampliando a ação de interesses privados no sistema público de educação no Brasil.

Nesta terceira fase da pesquisa, fizemos um levantamento de referencial teórico e participamos de 4 encontros regionais, realizados de forma remota, organizados pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Instituições de Ensino (CONTEE) em 2022, com a participação de todos os sindicatos e de federações que atuam na educação privada do Brasil. O objetivo da minha participação nesses encontros foi o de coletar dados por meio da aplicação de um questionário sobre os grupos de capital aberto na educação básica que atuam nas diferentes regiões e as modificações nas relações sindicais e nos projetos pedagógicos e de gestão das instituições que foram adquiridas pelos diferentes grupos em cada região. Nesta etapa da pesquisa estamos trabalhando com os dados coletados da região sudeste.

### *O processo histórico de privatização da educação brasileira e o fenômeno da financeirização*

A história da Educação brasileira caracteriza-se pela disputa entre o público e o privado segundo Silva, Jacomeni e Lombardi (2005). Apesar dos avanços conseguidos, ainda não se concretizou no Brasil um sistema público de educação que cumprisse a tarefa de democratizar o acesso à educação pública, democrática, laica e de qualidade socialmente referenciada. Lutamos até hoje pela aprovação do Sistema Nacional de Educação que regulamente o regime de colaboração entre os entes federados.

Durante a história da Educação brasileira, o setor privado alterou sua forma e seu conteúdo, sua atuação política e a maneira como disputa com o setor público e gratuito, não permitindo o seu fortalecimento e a sua universalização com qualidade. Atua politicamente também contra a sua regulamentação e contra a fiscalização do Estado, apesar de, contraditoriamente, nunca ter renunciado a subsídios e a outras formas de aporte de verbas públicas.

A privatização da educação se altera também devido às modificações econômicas e políticas, que imprimem uma lógica no seu processo, promovendo reformas políticas e educacionais que se conectam ao tipo de privatização presente naquele determinado momento histórico. O processo de privatização da educação no Brasil tem caráter estrutural, é resultado da forma como se constituíram, na história da sociedade e da educação brasileiras, o Estado e suas características como Estado de Direito.

Minto (2016), ao analisar a privatização da educação no Brasil e o processo contemporâneo de subordinação da educação na lógica do privado/mercantil, levanta os aspectos que, segundo ele, determinaram as condições para o processo histórico da privatização da educação.

O primeiro aspecto se dá pela constituição histórica do fundo público de educação no Brasil e o desenvolvimento da educação como questão nacional, pública e estatal; o segundo decorre de mudanças na relação entre Estado e Educação, com a implementação do neoliberalismo e o terceiro das reformas educacionais dos anos 90 e 2000 e das formas de captura do fundo público para garantia do interesse privado em educação.

O caráter estrutural da privatização da Educação no Brasil tem como causa a fragilidade das bases republicanas da educação brasileira. Os principais motivos dessa fragilidade, desde a constituição da República, vêm sendo apontados por vários autores como Saviani (2003), Frigotto (1995), Cury (2006a, 2006b), Minto (2014), entre outros.

Esses autores destacam, em síntese, o fato de a educação não ter sido colocada no patamar de um projeto abrangente, laico e, ao mesmo tempo, como expressão de uma conquista civilizatória para a população brasileira, conectada a um projeto de desenvolvimento nacional e democrático. Contraditoriamente, os liberais brasileiros, que desempenharam um papel crucial na defesa da educação, da escola pública estatal e da importância do Estado na educação, como foi expresso muito claramente no conteúdo do Manifesto dos Pioneiros de 1932, que nesse ano completa 90 anos, durante o processo de construção do Estado brasileiro não foi possível a concretização das principais bandeiras defendidas no programa liberal de educação.

Essa fragilidade republicana é produto do caráter dependente do Brasil, dos raros momentos históricos em que se colocou como possível a construção de um projeto de desenvolvimento nacional democrático, pelos poucos momentos de democracia e pela disputa entre os interesses públicos e privados na educação, presente em toda a história do processo de regulamentação educacional. Revelou-se também como pro-

duto dessa disputa o enfraquecimento da concepção e, conseqüentemente, do projeto da educação, como uma questão nacional, expressa na maneira como se constituiu o Fundo Público responsável pelo financiamento da educação.

Na Constituição de 1934, a Educação pública passou a ser concebida como um direito e dever do Estado e nela foi estabelecido um conjunto de impostos para o seu financiamento, porém na Constituição de 1937, o princípio do financiamento público foi retirado, sendo novamente incluído na Constituição de 1946. Na constituição de 1967, esse princípio básico foi enfraquecido, sendo retomado em 1988 na atual Carta Magna.

No entanto, como sabemos, o fato de esse princípio estar garantido na Constituição não atenua a disputa entre os escalões do poder, prova disso é a história do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério (FUNDEF), implementado em 1998 e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização do Magistério (FUNDEB) e do Fundeb Permanente, aprovado recentemente. Na recente tramitação para a aprovação deste último, fundamental para a manutenção de um sistema público e gratuito da educação, ficou evidente o potente jogo de disputa de forças políticas que atuaram no processo, uma tendência, fortalecendo o princípio do financiamento público para a escola pública e outra tendência, representando os grupos privados que, diante da regulamentação permanente do fundo de financiamento, pretendiam por meio de várias emendas, a destinação das verbas públicas para a educação privada.

No Brasil, existem diferentes modalidades de instituições educacionais privadas, no entanto hoje predominam na educação superior, as instituições mercantis ligadas ao capital aberto e essa é a tendência também na educação básica.

Essa expansão privatista a partir de 1990, criou condições para uma nova mudança de qualidade a partir de 2005, com a entrada do capital aberto pela aquisição de instituições de educação superior e de outros serviços e, a partir de 2012, com ação mais abrangente desses grupos também na educação básica.

Sobre esse processo de financeirização, afirma Bastos (2013, p. 1-2):

Pode-se conceituar a financeirização como o modo atual de funcionamento do capitalismo global, originado na década de 80, contemporâneo da mundialização financeira. Esse modo é marcado pela importância da lógica da especulação, ou seja, por decisões de compra (venda) de ativos comandada pela expectativa de revenda (recompra) com lucros em mercados secundários de ações, imóveis, moedas, créditos, *commodities* e vários outros ativos. A financeirização é sistêmica e de escopo mundial, vale dizer, impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescente transnacionais, atravessadas por fluxos

de capital transfronteiriços capazes de influenciar o comportamento de economias nacionais.

O Brasil, na esteira de sua inserção na internacionalização e financeirização, fruto do processo de concentração e centralização de capitais em escala mundial, assume a privatização de setores estratégicos, ao mesmo tempo em que altera políticas de ajustes que afetam o emprego e a renda. Nesse cenário, a questão nacional é atravessada pela abertura de novos setores ao capital internacional, incluindo a educação. De acordo com Bastos (2013, p. 17):

O ramo da educação presta-se como poucos a investimentos na época da financeirização porque os tempos de maturação e amortização do capital são relativamente rápidos. Por tratar-se de um setor de serviços intensivo em mão de obra e construções simples, a escala de oferta é variável e rapidamente adequada a variações da demanda. Sistemas informatizados e “pacotes” educacionais padronizados geram ganhos de escala que barateiam a oferta do serviço, independentemente de sua qualidade.

A comercialização de ações na bolsa é um dos mecanismos pelo qual a financeirização se apropria das atividades educacionais, fazendo com que essas empresas sejam regidas não apenas pela lógica do lucro, provindo da venda de produtos e serviços, mas também pela lógica financeira e especulativa do comércio de títulos. Hoje a lógica financeira e especulativa que rege o comércio de títulos é marcada pela amplitude econômica global e pela volatilidade.

Segundo o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2020)<sup>4</sup>:

Na área da educação privada, a concessão de títulos de propriedade (ações) na bolsa de valores teve início em 2007, ano em que ocorreu a oferta pública de ações dos grupos Anhanguera, Pitágoras e Estácio de Sá. O que os dados mostram é que de lá para cá este processo se ampliou, envolvendo não apenas a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), mas também a Bolsa de Valores de Nova York (Nasdaq), onde algumas empresas brasileiras vêm se inserindo desde 2017. Em 2020, havia cinco empresas de serviços educacionais cotadas na Bovespa (Kroton, Yduqs, Ser, Ânima e Bahema) e três cotadas na Nasdaq (Arco, Afya e Vasta). Além delas, a Eleva Educação, de propriedade de Jorge Paulo Lemann, anunciou a pretensão de abrir capital na Bolsa de Nova York.

Na cartilha *A Educação brasileira na bolsa de valores: As oito empresas privadas de*

---

4. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em: 31 out. 2021.

*capital aberto que atuam no setor educacional* (2020), esse mesmo instituto sistematiza a atuação desses oito grupos de capital aberto na Educação brasileira, mostrando as marcas ligadas a cada um dos grupos, as regiões nas quais atuam e os níveis de ensino e tipos de serviços educacionais e de editoração – setores de atuação – além do patrimônio, receitas e lucro líquido dessas empresas com o número de alunos atingidos por cada uma delas. Essa sistematização foi realizada, tendo como referência os dados dos Relatórios de Referência que constituem os documentos que as empresas enviam anualmente à comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nesses relatórios aparecem dados importantes sobre os funcionamentos das empresas. É importante salientar que os dados apresentados na sistematização têm como referência o ano de 2019, portanto não retratam o impacto da pandemia da covid-19 sobre a área da educação. Esses dados revelam o enorme poder econômico, o grande número de alunos envolvidos e a atuação em todos os níveis de ensino na rede privada, além dos serviços educacionais em todo o território nacional.

Todas as corporações, com exceção da Afya Participações S.A. que atua voltada apenas para cursos superiores preparatórios na área da saúde e o grupo Bahema que só atua na educação básica, atuam em larga escala na educação básica, superior, ensino de idiomas, produção de material didático, métodos didáticos e plataformas de ensino; e algumas ainda nos ramos de editoração. A somatória total do número de alunos envolvidos é da ordem de 4 milhões e 600 mil alunos.

A Kroton, que é o maior grupo educacional do Brasil, de acordo com o ranking da Revista Valor, publicado no ano de 2019, se destaca pela abrangência nacional e pela atuação multivariada, abarcando todos os níveis de Ensino (da Educação Infantil ao Ensino Superior) assim como a produção de material didático, elaboração de métodos pedagógicos e plataformas virtuais de ensino.

É importante revelar também que no processo de expansão e concentração essas empresas funcionam de modo que cada uma delas compõem um grupo empresarial mais amplo e, apesar de existirem como pessoa jurídica (CNPJ), do ponto de vista do seu funcionamento, elas detêm a propriedade de outras empresas, formando uma rede hierarquizada de companhias controladas por um grupo de investidores. É preciso também distinguir a empresa como unidade econômica em relação às marcas que utiliza e que são conhecidas e divulgadas para o público. É normal que as pessoas conheçam as marcas sem, no entanto, saber identificar o grupo empresarial a que pertencem.

As empresas de capital aberto se utilizam de variadas estratégias de marcas, algumas preferem pulverizar o número de marcas, utilizando uma identificação dis-

tinta para cada nicho de mercado, outras optam por fortalecer uma marca nacional que acaba sendo utilizada em diferentes instituições do mesmo grupo. Para exemplificar a maneira como se caracterizam esses dois aspectos da concentração, trazemos aqui o exemplo do grupo Kroton. As principais marcas do Grupo Kroton são: Cogna Educação, Vasta Educação, Platos, Pitágoras, UNIC – Universidade de Cuiabá, Iuni Educacional, Fama Faculdade de Macapá, UNOPAR, UNIRONDON, AEDU, Anhanguera Educacional, FAC – Faculdade Comunitária Campinas, UNIABC – Universidade do Grande ABC, UNI – Universidade de Santo André, UNICTS – Faculdades, UNIPLI, CELV, Centro Educacional *Lato Sensu*, Somos Educação, Somos *Science in learning*, Editora Ática, Editora Scipione, Saraiva Educação, Anglo Sistema de Ensino, Ph Sistema de Ensino, Sistema Maxi de Ensino, Ético Sistema de Ensino, GEO Sistema de Ensino, Colégio Sigma, Colégio Motivo, Colégio Integrado, Colégio PH, Colégio Visão, O Líder em Mim, Plurall, Red Balloon, Stoodi, Livro Fácil.

Por meio dessa relação de marcas do grupo Kroton, é possível constatar como outros grupos de capital aberto aparecem pertencentes a esse grupo, além de mostrar também um conjunto grande de marcas ligadas a uma cadeia de instituições. Esse movimento é típico da forma como atuam os grupos de capital aberto em seu processo de concentração e de efetivação de negócios de compra e venda.

Outro exemplo da forma como ocorrem as fusões é o negócio realizado em 2021 pelo grupo Eleva, que tem como proprietário majoritário o empresário do capital financeiro Jorge Paulo Lemann, que comprou escolas do maior grupo educacional do Brasil – o Grupo Cogna-Kroton – ficando, depois das aquisições, bem mais perto de se tornar o maior grupo de capital aberto em educação básica.

As escolas adquiridas foram: Colégio PH, Centro Educacional Leonardo da Vinci, Colégio *Lato Sensu*, Signa, Anglo 21, Anglo Alphaville, CEI Natal, Colégio Integrado de Ensino, Colégio Maxi, NeoDNA, Escola Chave do Saber, Motivo e Colégio do Salvador. Na negociação ficou estabelecido que a Eleva pagaria 964 milhões pelas 51 escolas e a Cogna Educação compraria por 580 milhões o sistema didático da Eleva.

Esse mercado na educação básica, que já vinha se desenvolvendo, teve um impulsionamento na pandemia, o que não envolve apenas a compra de escolas, mas também a produção de materiais pedagógicos, como sistemas de ensino, soluções digitais e todas as formações complementares para as quais as escolas precisam de apoio.

Camargo (2021) acentua que na avaliação de experientes executivos da área, ainda não se chegou à primeira metade do potencial de mercado que se abriu. Os grupos estão apostando no desenvolvimento de vários produtos e serviços.

Padrão (2021), no artigo *Startups de educação crescem 28% durante a pandemia e recebem US\$ 525,6 milhões em 2021*<sup>5</sup>, mostra que os negócios em educação em geral cresceram na pandemia. Segundo ele, o setor de *edtechs* cresceu 28%, indo de 434 em 2019 para 559 em dezembro de 2021. As *edtechs* em atividade no país estão distribuídas em ensinos específicos (22,4%), novas formas de ensino (22,2%), plataformas para a educação (20%), ferramentas para instituições (17,5%), foco no estudante (11,1%), conteúdo educativo (4,1%) e financiamento do ensino (2,7%). De janeiro a setembro de 2021, as *edtechs* foram responsáveis por arrecadar US\$ 525,6 milhões em aportes. A tendência é um crescimento ainda maior, uma vez que práticas pedagógicas e educativas que foram desenvolvidas no isolamento social estão sendo retomadas de forma diferente na volta da educação presencial.

A desregulamentação do trabalho e as profundas modificações econômicas no campo da produção, implementadas pelo projeto ultraliberal, tornam o Brasil um mercado atrativo para os negócios educacionais nas bolsas de valores. Com a implementação do projeto ultraliberal, um projeto político, econômico e social mundial, no Brasil mais fortemente a partir de 2016, ocorre um desmonte do projeto democrático em curso na educação e tem início um conjunto de iniciativas de fortalecimento da privatização não só na educação, mas também no modelo econômico geral.

Presenciamos um aumento exponencial do desemprego, do subemprego e da informalidade, do crescimento pífio e da inflação galopante, quando só o capital financeiro comanda, e com lucros absurdos, sem financiamento ao setor produtivo gerando a crise que só se agravou com a pandemia. Uma política econômica de desindustrialização como aponta Dowbor (2021).

A reforma trabalhista tornou possível também a terceirização e a “pejotização” do trabalho docente, a livre negociação entre empregados e empresas, sem a atuação dos sindicatos. Silva (2021) analisa o tema da precarização do trabalho docente, inclusive entre trabalhadores do setor público, sob suas várias formas (flexibilização, terceirização, pejotização, uberização, perda de direitos e garantias); a autora evidencia a fragilidade e miserabilidade dos professores sem vínculos efetivos, entendidos como o “preariado professoral”, e demonstra a que foram submetidos após as reformas após 2016 com acirramento no período da pandemia.

Oliveira (2021) analisa também as novas propostas pedagógicas preconizadas na chamada sociedade do conhecimento e como essas “novas” pedagogias impactam

---

5. Disponível em: <https://canaltech.com.br/startup/startups-de-educacao-crescem-28-durante-pandemia-e-recebem-us-5256-mi-em-2021-200695/>. Acesso em: 25 out. 2021.

a vida dos trabalhadores em educação, tirando sua autonomia, simplificando a sua formação e ressignificando o trabalho docente.

Outro fator importante é o de que os dados começam a evidenciar uma alteração considerável das relações internas nas instituições que foram adquiridas. De modo que a concepção de escola como um organismo vivo que é movido pelo trabalho conjunto e cooperativo, com concepção democrática de gestão, é substituída pelos valores apregoados pela corrente neoliberal, uma lógica amplamente aplicada no mercado. O ultraliberalismo imprime valores dentro da escola que a desvirtua de seu papel, fortalecendo os interesses individuais acima dos coletivos, uma equipe guiada pela competição irrestrita e pelo interesse próprio.

Um ambiente pedagógico, meramente guiado pela venda, pela produção em massa e/ou pelo seu próprio crescimento como empresa, o que desconstrói o trabalho educativo, tornando a essência do trabalho docente algo meramente ilustrativo. Isso se acirra com a lógica de mercado impressa pelos grupos de capital aberto. Nos questionários respondidos pelos sindicatos e federações do sudeste, esse é um dos fatores mais destacados.

### *Considerações Finais*

Essas modificações que estão ocorrendo com as mudanças na privatização da educação no Brasil, que se intensificaram no período pandêmico, levantam questões importantes sobre o futuro da educação brasileira.

Esses grupos de grande poder econômico e político atuam com muita força na elaboração e na aprovação das políticas públicas em educação, segundo seus interesses, estabelecendo uma nova formatação da educação nacional tanto pública, quanto privada, provocando grandes mudanças nos objetivos da educação, nas concepções de educação e de seu papel no projeto de desenvolvimento nacional e da formação cidadã. Colocam em risco o futuro do sistema público de educação com gestão pública, se utilizam do financiamento público para a padronização e a elaboração de processos educativos, baseados na visão empresarial de gestão e com a utilização racionalizada de recursos.

A essência dos fundos de investimento é a rentabilidade, o que impõe a necessidade do lucro crescente. Desse modo, subordinadas a essa necessidade, as escolas ajustam seu funcionamento, sua gestão e o próprio ensino em detrimento das condicionantes postas pelos investidores, seja por medidas de redução de custos, seja por meio das mercadorias vendidas: sistemas de ensino, de avaliação e de gestão, além de

material didático. Esse fato tem trazido uma configuração empresarial no ambiente escolar.

A lógica do contexto de financeirização repercute na concepção de formação das crianças e jovens, na concepção de formação profissional, na visão de formação para a produção científica e tecnológica do país.

O capital aberto na educação brasileira, que avança sem impedimento e regulamentação, tem por objetivo acima de tudo a manutenção de lucros e dividendos. Os investidores que aplicam seu capital nas bolsas não estão preocupados com a origem nacional das empresas, ou com o tipo de produtos ou serviços que elas geram; não estão interessados tampouco nos efeitos que estas empresas têm sobre o desenvolvimento ou o atraso do país. A única coisa que importa é o grau de rentabilidade que aquele título de propriedade oferece. Essa é a lógica que rege a esfera financeira.

Essa atuação ampla, e cada vez mais potente, ao se consolidar, impõe barreiras cada vez mais sólidas contra o fortalecimento do sistema público e sua universalização com qualidade social, contra a democratização das estruturas educacionais e da gestão das escolas, impõe uma nova lógica ao trabalho docente, retirando a autonomia dos(as) professores(as) e colocando em risco a formação crítica. Portanto, o capital financeiro e especulativo pode migrar em questão de horas de um setor para outro e de um país para outro, gerando uma rápida valorização de uma empresa em um determinado momento, mas que em pouco tempo pode se deteriorar em função da ausência de barreiras. Trata-se de capital volátil, dominando cada vez mais a educação brasileira.

Como deixou claro em uma entrevista ao jornal Folha Dirigida (2001)<sup>6</sup> João Uchôa Cavalcanti Netto, fundador da Estácio de Sá: “Eu não me interessei pela educação e nem acho que eu seja uma pessoa muito interessada em educação. Eu sou interessado na Estácio de Sá, isso é que é importante. Estou interessado no Brasil? Não, não estou interessado no Brasil. Na cidadania? Também não. Na solidariedade? Também não. Estou interessado na Estácio de Sá.”

---

6. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/alessandra-arajo-e-jos-leomar/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

## Referências

- ADRIÃO, T. *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 113-131, jan./mar. 2016.
- ALMEIDA, L. P. A. Mundialização, **Liberalismo e Educação no terceiro milênio**: o impacto das demandas de mercado sobre as políticas educacionais na universidade pública. Florianópolis (SC): Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2013.
- BALEEIRO, A.; LIMA SOBRINHO, B. **Constituição de 1946**. Coleção Constituições Brasileiras. v. 5, 3. ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.
- BASTOS, P. P. Z. **Financeirização, crise, educação**: considerações preliminares. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. Coleção Questões de Nossa Época, vol. 56. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRASIL. **Censo da Educação Superior 2020**. INEP. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 05 maio 2022.
- BRASIL. **Censo Escolar 2020**. INEP. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-05/escolas-particulares-perdem-um-terco-das-matriculadas-na-pandemia>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- BRASIL. **Censo Escolar 2021**. INEP. Brasília. Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- CAMARGO, P. Compra e venda de escolas movimentam 80 bilhões. **Revista Educação**, ed. 277, 26. 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/07/26/compra-e-venda-de-escolas-movimentam/>. Acesso em: 22 fev. 2022.
- CAVALCANTI, T. B.; BRITO, L. A. F. N. de; BALEEIRO, E. **Constituição de 1967**. Coleção Constituições Brasileiras, v. 6, 3. ed. Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.
- CURY, C. R. J. Federalismo político e educacional. *In*: FERREIRA, N. S. C.; SCHLESENER, A. (org.). **Políticas públicas e gestão da educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro, 2006a.
- CURY, C. R. J. A educação escolar no Brasil: o público e o privado. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 1, p. 143-158, 2006b.
- DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**: nova arquitetura do poder – dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta. 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.
- EVANGELISTA, O. Apresentação *In*: SEKI, A. K. O Capital Financeiro no Ensino superior brasileiro (1990-2018). Florianópolis: UFSC, 2021.p. 21-22
- FREITAS, L. C. de. **A Reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FOLHA DIRIGIDA (Brasil). Universidade & Ignorância. 2001. Disponível em: <https://www.observatoriodaimpresa.com.br/primeiras-edicoes/alessandra-arajo-e-jos-leomar/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **A Cidadania Negada – Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2ª ed. São Paulo: Cortez /Clacson, 2001.

GENTILI, P.; EMIR, S. **Pós-Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

GESTRADO. Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente. UFMG. **Docência na Educação Básica Privada em tempos de pandemia**. Relatório técnico. Belo Horizonte, 2020. 28p.

IANNI, O. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **A Educação Brasileira na bolsa de valores**. As oito empresas privadas de capital aberto que atuam no setor educacional. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em: 31 out. 2021.

MINTO, L. W. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MINTO, L. W. Privatização da educação no Brasil: fenômeno conjuntural ou estrutural. In: PEIXOTO, M. G. (org.). **O capital global na educação brasileira**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016. p. 35-55.

OLIVEIRA, D. A. O ataque ao trabalho docente na chamada sociedade do conhecimento. In: AFFONSO, C. *et al.* (org.). **Trabalho docente sob fogo cruzado**. v. 2. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas LPP/UERJ, 2021. p. 251-269.

PADRÃO, M. **Startups de educação crescem 28% durante a pandemia e recebem US\$ 525,6 milhões em 2021**. 3 nov. 2021. Disponível em: <https://canaltech.com.br/startup/startups-de-educacao-crescem-28-durante-pandemia-e-recebem-us-5256-mi-em-2021-200695/>. Acesso em: 24 fev. 2022.

PEIXOTO, M. G. **Financiamento e regulação da educação superior**. In: Encontro das Organizações Sindicais de Educação Superior na América Latina e Caribe. Porto Alegre (RS). Disponível em: [www.proifes/encontro.org.br](http://www.proifes/encontro.org.br). Acesso em: 18 nov. 2022.

PEIXOTO, M. G. O Processo de Mundialização do Capital na Educação Brasileira. In: PEIXOTO, M. G. (org.). **O Capital Global na Educação Brasileira**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016. pp.95-130.

PEIXOTO, M. G. O Expressivo Avanço do Capital Aberto Na Educação Brasileira: Mais Um Efeito da Pandemia. In: RONCA, A. C. C; ALMEIDA, L. R (Org.) **Relatos de Pesquisa Em Psicologia Da Educação**. v. 7. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 321 -342.

POLETTI, R. **Constituição de 1934**. Coleção Constituições Brasileiras. v. 3, 3. ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

PORTO, W. C. **Constituição de 1937**. Coleção Constituições Brasileiras. v. 4, 3. ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 36. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, A. M. O precariado professoral em tempos de pandemia covid-19: a perda dos postos de trabalho e eliminação de direitos. *In: AFFONSO, C. et al. (org.). Trabalho docente sob fogo cruzado*. v. 2. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas LPP/UERJ, 2021. p. 84-103.

SILVA, M. da.; JACOMENI, R.; LOMBARDI, J. C. (org.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Coleção Memórias da Educação. Campinas: Autores Associados, 2005. 186p.

TACITO, C. **Constituição de 1988**. Coleção Constituições Brasileiras. v. 7, 3. ed. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.